

Processos 17.677/2020

EDITAL
CONCORRÊNCIA PÚBLICA 004/2020

O MUNICÍPIO DO RIO GRANDE através do GABINETE DE COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS, torna público, a quem possa interessar que, em obediência ao que preceitua a Lei Federal Nº 8.666/93, em suas normas gerais e demais normas que regem a matéria, fará realizar Licitação na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA** do tipo **MAIOR OFERTA**, de acordo com as disposições e demais elementos integrantes deste Edital, devendo os interessados apresentar os envelopes Nº 01 (DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO) e Nº 02 - (PROPOSTA DE PREÇO) até às **10:00 hs do dia 14 de agosto de 2020** no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, localizado no Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, s/nº, Centro, Nesta, onde se realizará a sessão de abertura dos invólucros.

1. DO OBJETO

1. OBJETO:

Esta licitação destina-se a receber propostas para Permissão de Uso Oneroso a Título Precário para exploração comercial do Quarto nº 22, localizado no Mercado Público Municipal sito à Rua General Osório s/nº, mediante as condições constantes neste Edital e seus anexos.

1.1. Definição:

a) chalé: espaço destinado ao comércio no interior do mercado, sem aberturas para área externa, com funcionamento condicionado ao horário de fechamento do Mercado Público Municipal.

b) quarto: espaço destinado ao comércio no interior do mercado, com aberturas para área externa, com funcionamento não condicionado ao horário de fechamento do Mercado Público Municipal.

1.3. Descrição

Identificação	Área	Ramo de atividade obrigatória	Valor mínimo aceitável (mês)
Quarto 22	19,17 m²	Quarto localizado no Mercado Público Municipal para o ramo de floricultura	R\$ 482,07

2. DA PARTICIPAÇÃO

2.1. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas, que atenderem às exigências deste Edital.

2.1.1. Será permitida a participação de permissionários do Mercado Público Municipal, desde que, em caso de vitória, se desfaça de permissão anterior.

2.2. Será vedada a participação na Licitação de:

- 2.2.1. Profissionais pertencentes ao quadro permanente do Município, bem como seus parentes em 1º e 2º graus.
- 2.2.2. Municípios com dívidas com o erário Municipal.
- 2.2.3. Empresas declaradas inidôneas por ato do Poder Público.
- 2.2.4. Empresas sob processo de concordata ou falência.
- 2.2.5. Empresas impedidas de licitar, contratar, transacionar com a Administração Pública ou qualquer de seus órgãos descentralizados.
- 2.2.6. Empresas reunidas em consórcio.
- 2.2.7. Empresas enquadradas nas disposições do art. 9º, da Lei Federal Nº 8.666/93.

3. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas serão apresentadas em dois invólucros, a saber:

DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA

A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO será apresentada em 01 (uma) via e a PROPOSTA também em 01 (uma) via original. Na data, hora e local indicados no aviso deste Edital, os interessados pessoalmente ou devidamente representados por pessoa credenciada e identificada, deverão apresentar os envelopes fechados e indevassáveis, no Salão Nobre da Prefeitura Municipal, localizado no Largo Engenheiro João Fernandes Moreira, s/nº, Centro, Nesta, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 01: CONCORRÊNCIA Nº 004/2020
PERMISSÃO DE USO DO QUARTO Nº 22, NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL.
DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
PROPONENTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE
INVÓLUCRO Nº 02: CONCORRÊNCIA Nº 004/2020
PERMISSÃO DE USO DO QUARTO Nº 22, NO MERCADO PÚBLICO MUNICIPAL.
PROPOSTA DE PREÇOS
PROPONENTE:

4. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

4.1.1. Registro Comercial no caso de empresa individual

4.1.2. Ato Constitutivo (estatuto ou contrato social em vigor) incluindo apenas o último aditivo ou aditivo consolidado, devidamente registrado, e no caso de sociedades por ações, acompanhado de documento de eleição de seus administradores.

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato ou autorização para funcionamento expedido por órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

4.1.4. Inscrição do ato constitutivo acompanhada de prova de registro em ata de eleição da diretoria em exercício (Registro Civil de Pessoas Jurídicas).

4.2. HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

4.2.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda - CNPJ;

4.2.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, considerando-se que:

a) os licitantes com domicílio ou sede no Município do Rio Grande deverão apresentar Certidão Negativa de Débitos expedida pela Secretaria de Municipal da Fazenda do Rio Grande;

b) os licitantes com domicílio ou sede localizado em outro Município deverão apresentar a prova de regularidade com a Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede.

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante.

4.2.4. Certidão Conjunta de Débitos (Negativa ou Positiva com Efeitos de Negativa), expedida nos termos do Decreto Federal n.º 5.512/05 e da Portaria Conjunta PGFN/RFB n.º 1751, de 02/10/2014 que entrou em vigência em 03 de novembro de 2014 e abrange todos os créditos tributários federais administrados pela RFB e PGFN.

4.2.5. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), através da apresentação do CRF - Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, se for o caso.

4.2.6. Apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com efeito de negativa, com validade de 180 (cento e oitenta) dias contados da sua emissão.

4.2.7. Certidão Negativa de Falência ou Concordata, recuperação judicial e extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da matriz da Pessoa Jurídica, emitida nos últimos 06 meses.

4.3. DECLARAÇÕES E ATESTADOS

4.3.1. Declaração expressa de que se vencedor da licitação, obrigará-se a manter o local em perfeito estado de conservação e uso, mantendo as características da referida dependência, obedecendo ao padrão existente, bem como todos os pagamentos relativos a despesas decorrentes da instalação, uso e manutenção do bem imóvel, ora cedido, bem como tributos municipais, estaduais, taxas de água, esgoto, luz, encargos sociais e outros que por ventura vierem a surgir. Modelo Anexo III.

4.3.2. Declaração expressa da aceitação das condições deste Edital, sem restrição de qualquer natureza e de que é conhecedor das disposições gerais especiais previstas nos artigos 81 a 85 da Lei Federal nº 8.666/93, aplicam-se ao presente contrato e adendos dele oriundos. Modelo Anexo IV

4.3.3. Declaração, para fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988, e no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1983, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) com menos de 18(dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e em qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 (quatorze) anos – Modelo Anexo V

4.3.4. Declaração que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) exercente de cargo, função ou emprego na Administração Pública Municipal - Modelo Anexo VI

4.3.5. O licitante deverá obrigatoriamente anexar à documentação de habilitação o ATESTADO DE VISITA, comprovando que pessoa devidamente identificada realizou as vistorias nas dependências dos quartos, fornecido pela Secretaria de Município de Desenvolvimento Primário.

4.3.5.1. A visita técnica deverá ser agendada com antecedência pelo telefone (53) 3233.8430 ou diretamente no endereço Rua Marechal Floriano Peixoto nº 458, Centro, Nesta.

4.4. A documentação exigida poderá ser apresentada:

a) no original (não serão devolvidos).

b) por qualquer processo de cópia autenticada.

c) por publicação da imprensa oficial.

d) ou excepcionalmente por cópia a ser autenticada pela Comissão Julgadora ou funcionário especialmente designado pelo Presidente mediante a apresentação do documento original.

4.5. Os documentos que dependem de prazo de validade e que não contenham prazo de validade especificado no próprio corpo, em lei ou neste Edital, devem ter sido expedidos no máximo até 90 (noventa) dias anteriores a data de abertura do invólucro nº 01.

4.6. Todos os documentos expedidos pela empresa deverão ser subscritos por seu representante legal, com identificação clara de seu subscritor.

5. DA PROPOSTA.

*** Não serão aceitas propostas manuscritas, em papel termo sensível (fax), telex, telegrama ou semelhantes.**

***Em caso de empate entre duas ou mais proponentes a vencedora será escolhida por sorteio, em sessão pública.**

A proposta deverá ser apresentada da seguinte maneira:

5.1. Carta proposta comercial indicando o valor mensal, em algarismos, de forma clara e precisa, assinada pelo licitante, sem emendas e rasuras, contendo Razão Social, Carimbo com CNPJ, endereço, telefone e e mail para contato.

5.1.1. Cada concorrente deverá especificar, na proposta, o comprometimento do ramo de atividade.

5.2. Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data de sua abertura.

5.3. Os interessados poderão fazer uso do Modelo de Proposta sugerido no Anexo II – Modelo de Proposta.

6. DA ABERTURA, DO JULGAMENTO E DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. DA ABERTURA

6.1.1. A abertura das propostas será realizada no local estabelecido no preâmbulo deste Edital.

6.1.2. Só terão o direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos e assinar atas, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora.

6.1.2.1. A licitação transcorrerá em sessão pública sendo que somente o representante credenciado e identificado de cada uma das licitantes terá direito a manifestação.

6.1.3. Após o recebimento dos invólucros citados no item 03, serão abertos os envelopes da DOCUMENTAÇÃO contendo os documentos de habilitação, sendo estes examinados e rubricados pela Comissão Julgadora da Licitação e, facultativamente, pelos representantes credenciados das empresas licitantes.

6.1.4. A Comissão julgará a Habilitação, comunicando o seu resultado às licitantes na mesma sessão pública. Se não ficar manifesta a intenção de recurso e/ou desistência expressa de recurso à habilitação, por parte dos representantes legais presentes, a Comissão

Julgadora da Licitação, registrará o fato em ata, devolverá aos participantes inabilitados os envelopes nº 02, ainda fechados, e procederá a abertura dos envelopes dos participantes habilitados.

6.1.5. Não incorrendo desistência expressa de recurso à habilitação ou inabilitação, a Comissão Julgadora da Licitação encerrará a sessão, cientificando os participantes do prazo para a interposição de recurso.

6.1.5.1. O conteúdo dos envelopes abertos será juntado ao processo administrativo e, os envelopes nº 02 serão encerrados em envelope único, devidamente rubricado pela Comissão Julgadora da Licitação, bem como pelos Licitantes presentes, permanecendo sob custódia até a abertura em outro ato público.

6.1.6. Decididos os recursos ou transcorrido o prazo sem interposição, o Presidente da Comissão Julgadora da Licitação designará dia e hora de prosseguimento da sessão para a abertura dos envelopes nº02, ocasião em que devolverá os mesmos envelopes, ainda fechados aos participantes inabilitados.

6.1.7. Se todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a critério da Administração, poderá fundamentadamente ser concedido prazo de 08 (oito) dias úteis para as Licitantes apresentarem outras propostas.

6.1.8. De cada sessão pública será lavrada ata circunstanciada dos trabalhos, a qual deverá ser assinada pelos membros da Comissão Julgadora da Licitação e, pelos representantes das empresas licitantes presentes.

6.1.9. Os recursos devem ser encaminhados ao Gabinete de Compras, Licitações e Contratos, na forma e nos prazos previstos na Lei Federal nº 8.666/93, sendo anexado(s) ao processo de licitação.

6.2. DO JULGAMENTO

A Concorrência será julgada pela Comissão Julgadora da Licitação da seguinte forma:

6.2.1. Julgamento da documentação, levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 4 - DOCUMENTAÇÃO.

6.2.2. Julgamento da proposta levando em conta o atendimento às exigências do Edital, no item 5 - PROPOSTA.

6.2.3. Em qualquer fase do julgamento, o não atendimento ou a insuficiência de comprovação de alguma exigência constante do Edital, implicará em inabilitação ou desclassificação do concorrente.

6.2.4. A escolha da proposta vencedora será para o **maior valor ofertado**, na forma do item 5.1.

6.2.5. O julgamento da habilitação e da proposta constitui ato interno da Comissão Julgadora da Licitação, a qual comunicará aos licitantes, a respeito de suas decisões.

6.3. DA HOMOLOGAÇÃO

6.3.1. A Comissão Julgadora da Licitação efetuará a classificação das propostas, procederá ao respectivo julgamento e recomendará vencedora a empresa que apresentar o **maior valor ofertado**, encaminhando o processo à Autoridade competente para adjudicar e homologar o certame, a seu critério, e convocar a adjudicatária para a assinatura do contrato.

6.3.1.2. A homologação do procedimento e a convocação do adjudicatário para a lavratura do Termo de Permissão de Uso será publicada no meio de publicação do Município, podendo a Administração a seu critério, utilizar-se de outro meio de convocação desde que documentado seu recebimento.

6.3.1.3. Decorrido o prazo de validade das propostas estabelecido no sub-item 5.5, sem convocação para a assinatura, ficam as licitantes liberados dos compromissos assumidos.

6.3.1.4. É facultado a Comissão Julgadora da Licitação ou a Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

7. Constituem anexos deste instrumento convocatório, dele fazendo parte integrante:

Anexo I – Termo de Referência.

Anexo II – Modelo de Proposta.

Anexo III – Modelo de declaração de conservação e pagamento de taxas.

Anexo IV – Declaração de aceitação das condições do Edital.

Anexo V – Declaração de não emprego de menor.

Anexo VI – Declaração de não emprego de funcionário público

Anexo VII – Minuta de Termo de Permissão de Uso

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

8.1. Todas as dúvidas quanto a interpretação de qualquer parte deste Edital, assim como esclarecimentos sobre quaisquer incorreções ou discrepâncias, encontradas no mesmo, bem como, solicitação de informações adicionais, deverão ser solicitadas através do e-mail licitacoesrg@gmail.com, até 05 (cinco) dias úteis imediatamente anteriores a data de abertura do envelope nº 01.

8.2. As informações relativas a presente licitação poderão ser solicitadas através do e-mail licitacoesrg@gmail.com, até o quinto dia útil imediatamente anterior àquele marcado para a entrega dos documentos de habilitação e propostas.

8.3. Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital, das condições gerais e particulares do objeto da presente licitação, devendo verificar as condições atuais e não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo da correta

formulação da proposta ou do integral cumprimento do contrato, não sendo aceitas reivindicações posteriores sob quaisquer alegações.

8.4. A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL reserva-se o direito de rejeitar as propostas que julgar contrárias aos seus interesses ou anular ou revogar a presente licitação sem que disso caiba aos participantes o direito de reclamação ou indenização.

8.5. Onde este Edital for omissivo prevalecerão os termos da Lei 8.666/93 e demais legislação em vigor.

8.6. O Foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Rio Grande, com exclusão de qualquer outro.

Rio Grande, 02 de julho de 2020.

Ademir Giambastiani Casartelli
Gabinete de Compras, Licitações e Contratos.